



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

ATA DE REUNIÃO

1ª Reunião Ordinária

**COMISSÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL E SEXUAL**

(RESOLUÇÃO Nº 351, 28/10/2020 - CNJ)

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

30/08/2021	09h	Videoconferência
-------------------	------------	-------------------------

	MEMBROS	CARGO	NATUREZA	CATEGORIA	REGIÃO
Comitê do 1º Grau	Silvana Carvalho Soares	Magistrada	Presidente	Indicação do Fórum Cível	João Pessoa
	Kênia Simões Dantas Barbosa	Servidora	Titular	Indicação do Fórum Cível	João Pessoa
	Larissa Belmont Cruz Gomes (ausente)	Estagiária	Titular	I Indicação do Fórum Criminal	João Pessoa
	José Ivonaldo Batista	Servidor	Titular	Entidade classista	João Pessoa
	Cláudia Rodrigues de Souza	Encarregada da Empresa: Ágape	Titular	Colaboradora terceirizada indicada pelo Fórum Criminal	João Pessoa
	Ana Christina Soares Penazzi Coelho	Magistrada	Titular	AMPB	João Pessoa
	Ângela Maria Nascimento Brito	Servidora	Titular	Eleição direta	Comarcas do interior
	Daniere Ferreira de Souza	Magistrada	Titular	Eleição direta	Caaporã



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

	Alessandra Leandro da Costa	Servidora	Titular	Eleição direta	João Pessoa
Comitê do 2º Grau	José Waldez Lins Rabelo	Servidor	Titular	Eleição direta	João Pessoa
	Josélio dos Santos de Souza	Funcionário da Empresa EMKO Construtora	Titular	Colaborador terceirizado indicado pela Presidência	João Pessoa
	Valéria Lúcia Winkeler Beltrão (representada por Daniela Menezes)	Servidora	Titular	Indicação do Presidente do Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão	João Pessoa
	João Benedito da Silva	Desembargador	Titular	Eleito pelo Pleno	João Pessoa
	José Aurélio da Cruz	Presidente	Titular	Indicação da Presidência	João Pessoa
	Altamir de Alencar Pimentel Filho	Servidor	Titular	Entidade classista	João Pessoa
	Maria de Fatima Moraes Bezerra Cavalcanti	Desembargadora	Titular	AMPB	João Pessoa
	Victor Gadelha de Oliveira Cavalcante	Estagiário	Titular	Indicação do Gabinete	João Pessoa
	Juliana Coutinho Marcelino	Servidora	Titular	Indicação da Presidência	João Pessoa

PAUTA

- 1.Abertura
- 2.Apresentação da estrutura e divisão dos grupos de trabalho
- 3.Debates
- 4.Encaminhamentos

DEBATES

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de 2021, pelas 09h, reuniram-se por videoconferência os membros das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual dos 1º e 2º Graus do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - TJPB.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

Iniciados os trabalhos, o Des. José Aurélio, Presidente da Comissão de 2º Grau, cumprimentando a todos(as), declarou aberta a 1ª Reunião Ordinária de 2021, a fim de disciplinar os encaminhamentos, e passou a palavra para Roberta, que faz parte da equipe da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica – GEPRO. Antes de Roberta apresentar a pauta, a palavra foi dada para a presidente do 1º Grau, Dra. Silvana, que trouxe a importância de atentar para a quantidade de desafios que todos(as) membros terão nestas Comissões. Em primeiro lugar, pelo fato de criar algo pioneiro no TJPB e, em segundo lugar, pela necessidade de filtrar as notícias, pois nem tudo pode ser configurado como assédio moral, uma vez que pode existir uma certa sensação de perseguição, uma vitimização ou até mesmo uma criação de história. Em terceiro, pela efetiva existência do fato real que precisa ser apurado, além da necessária atenção ao noticiante. Falou sobre a necessidade de ter um representante para secretariar os trabalhos, explicando o motivo desta necessidade, principalmente por conta da criação da divisão dos grupos de trabalho. Além disso, lembrou que Dra. Daniere sugeriu a criação do grupo no WhatsApp, que já foi criado, a fim de facilitar a comunicação, uma vez que nenhum membro é exclusivo nestas Comissões, tendo que dividir seu trabalho com suas atribuições primordiais. Roberta retomou a palavra para apresentar a pauta, tendo em vista as férias da Gerente da GEPRO, Ana Caroline, e explicou que conduziria os trabalhos destas Comissões, juntamente com o colega Hermano. Falou da importância da criação do Ato da Presidência, nº 54, de 05/08/21, e que o Comitê é composto por diversas entidades, em suas representações classistas, estagiários(as), colaboradores(as), servidores(as), juizes(as) e desembargadores(as). Anunciou a presença do Des. Ricardo, Diretor da Escola Superior da Magistratura – ESMA, bem como do Diretor de Gestão de Pessoas – DIGEP, Dr. Einstein, enquanto parceiros das Comissões. Acrescentou que a atual mesa diretora do TJPB, na pessoa do Presidente, Des. Saulo Benevides, tem como uma das metas fazer uma gestão colaborativa e pautada na sustentabilidade, no ambiente seguro e saudável, tendo estas Comissões muito a contribuir. Passou para o ponto seguinte que trata da apresentação e divisão dos grupos, como forma de estruturar as ações de trabalho deste Comitê, conforme demonstrado:

1.1. Estrutura pedagógica – Diretora: Des. Fátima; Coordenadora: Dra. Ana Christina; Membros: Cláudia, Victor e Ângela - elaboração e planejamento de webinários, banners, panfletos, alertas no site, com parceria da Escola Superior da Magistratura- ESMA

1.2. Estrutura procedimental – Diretor: Des. Aurélio; Coordenadora: Dra. Silvana; Membros: Kênia e Alessandra - elaboração do Manual de procedimento interno

1.3. Estrutura da triagem – Diretor: Des. João Benedito; Coordenadora: Dra. Daniere; Membros: José Waldez, José Ivonaldo, Larissa e Josélio - elaboração do formulário para recebimento de notícia e formalização junto à Corregedoria, bem como outros encaminhamentos

1.4. Estrutura saúde – GEVID - Coordenadora Valéria Beltrão (representada por Daniela Menezes); Membros: Juliana e Altamir - elaboração de relatório técnico e parecer da junta médica, além de acolhimento da vítima, com parceria da Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP

Também falou que seria aberta votação para a escolha da logomarca que foi criada pela servidora Ângela, eleita como representante das comarcas do interior, bem como da logomarca que foi criada pela juíza eleita, Dra. Daniere. Continuando, Roberta informou que, conforme sugestão da Des. Fátima e da Dra. Silvana, seria eleito(a) um membro, ou até dois membros, para secretariar os trabalhos, tendo Roberta ratificado que a GEPRO dá este



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

apoio. Ainda, falou sobre a necessidade em definir a periodicidade das reuniões. Em seguida, a palavra foi passada para o Des. Aurélio que, na divisão dos trabalhos, ficou na direção do subgrupo da Estrutura Procedimental, sob a coordenação da Dra. Silvana. Ele pediu que Dra. Silvana explicasse como seria feito o procedimento estrutural no Regimento, bem como sobre a subdivisão dos grupos de trabalho. Dra. Silvana disse que a idéia da divisão em subgrupos tem o objetivo de reunir os membros para a efetividade dos trabalhos e, a cada reunião mensal, será apresentada a evolução a todos(as) os membros. No que tange especificamente ao subgrupo sob sua coordenação, Dra. Silvana disse que o objetivo é formalizar internamente como estruturar o Manual de procedimentos interno. Como seria o procedimento para recebimento de denúncias sobre o assédio moral em nosso TJPB, dando exemplo se seria através da ouvidoria, se seria através de formulário, se encaminharia à GEVID. Falou que, no caso da GEVID identificar algum problema psíquico ou se o assédio moral está comprometendo a saúde do indivíduo, poderia elaborar parecer e indicar qual o encaminhamento que pode ser dado, se vai ser necessário apenas um atendimento ou se a pessoa quer levar adiante e resolver pela via administrativa, através da Corregedoria ou algo procedimentar. Disse que a própria Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, já aponta os caminhos. Continuando, Dra. Silvana apresentou a Estrutura Pedagógica, sob direção da Des. Fátima e coordenação da Dra. Ana Christina, dizendo que o objetivo deste subgrupo é trabalhar atividade preventiva, como webinar, elaboração de panfletos, postcards a todos(as) integrantes do Poder Judiciário Estadual, indicando o que é o assédio moral e como combater. Falou sobre a composição do subgrupo da Estrutura de Triagem, sob direção do Des. João e coordenação de Dra. Daniere, para pensar qual caminho deve percorrer para fazer a triagem das denúncias, se será pelo canal que poderá ser aberto no sítio da internet do TJPB, se vai ser através de entrevista ou formulário padrão para os casos que realmente precisam ser apurados, pois o noticiante pode querer apenas encaminhamento médico ou psicológico. E o último subgrupo tem como coordenadora Valéria, que é a gerente da GEVID e integrante do grupo como indicação do Comitê da Acessibilidade. Ela está de licença, mas se prontificou no grupo, ficando o subgrupo da saúde responsável por elaborar como seria feito o parecer técnico, a fim de subsidiar as Comissões de como devem proceder. Em seguida, a palavra foi passada para Ângela que informou ter feito pesquisas em outros tribunais, inclusive sugerindo que, a partir do exemplo do CNJ, onde existe um e-mail para o recebimento de denúncias, pudesse ser pensado nisto. Também disse que o TJBA tem canais para recebimento de denúncias específico para mulheres e específico para homens. Falou que o TJRS tem uma ouvidoria própria para receber e analisar as denúncias. Solicitou que fosse feita uma parceria com Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados-ENFAM e ESMA para o processo de formação. Disse que existem demandas urgentes sobre saúde que precisam ser tratadas, tendo em vista o adoecimento de muitos servidores, ressaltando e sugerindo que a administração do TJPB encontre uma forma de “fechar o ponto” para quem está trabalhando em casa, dizendo que o problema se amplia para juízes e desembargadores. A palavra foi passada para Dra. Daniere que disse ter muitos pontos a serem analisados, mas tem que ir com cautela. Em primeiro lugar, deve-se saber se todos(as) membros concordam com os subgrupos. Antes da votação, o Des. João Benedito pediu a palavra e solicitou que fosse observado que os membros do subgrupo sob sua direção, só são do sexo masculino, tendo Roberta informado que já havia feito a troca de um dos nomes, em respeito à questão de gênero. Roberta também enfatizou que havia um representante da Gerência de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

comunicação, após comentário sobre tal necessidade. Após isto, a palavra foi para Dra. Daniere tendo dito que houve concordância em relação aos subgrupos, apenas com um voto divergente, que foi da servidora Ângela Nascimento, que externou querer participar de todos os subgrupos num formato mais democrático e de cooperação, mesmo Dra. Daniere, Dra. Silvana e o Des. Aurélio terem dito que esta é uma metodologia para organizar e desenvolver as ações, e que o plenário ocorrerá na reunião mensal. Foi votada a periodicidade das reuniões, que ocorrerá mensalmente. Dra. Daniere continuou e disse que teremos uma logomarca, tendo elogiado a logomarca que foi apresentada no grupo de whatsapp por Ângela, bem como informou que criou uma, descrevendo como sendo mais simples. A palavra foi passada para o Des. Aurélio que ressaltou a importância da divulgação dos trabalhos, a fim de também ter apoio de outros órgãos, favorecendo o encaminhamento destas Comissões. A servidora Kênia pediu a palavra e disse que a Resolução nº 351/20, do CNJ, visa o cuidado com o ser humano, primando pelo ambiente de trabalho saudável, vendo como um grande desafio trabalhar dentro da carga horária estabelecida e cumprir a meta, mantendo a saúde mental dos integrantes do Poder Judiciário. Propôs, caso ainda não exista, que se faça um diagnóstico para traçar o perfil das pessoas que passam pelo problema, a fim de saber como será feita a abordagem. A palavra foi retomada pelo Des. Aurélio, informando que trará contribuições, enquanto Ouvidor de Justiça. Em seguida, passou a palavra para o Des. Ricardo, informando que a ESMA, embora não participe de comissões, tem um vínculo participativo e imprescindível, no âmbito da divulgação acadêmica. Ponderou que algumas incursões estão indo além daquilo que o momento comporta, dizendo que o momento atual é para criar definição objetiva de como trabalhar, pois a temática é das mais importantes pela sua amplitude em nível nacional. Quem não integrar um subgrupo, a todos estará integrando, pois terá o momento da fala, da participação, que é perene. A temática já é uma preocupação da ESMA que vem de gestões anteriores, tendo a atual gestão trabalhado tal temática, que versa sobre a conscientização adversa a toda e qualquer espécie de discriminação. A ESMA trata servidores e magistrados numa mesma horizontalidade, de forma indissociável, pois isto é uma meta, já que dependemos tanto uns dos outros como outros de uns, sem identificar quem são uns tampouco que são os outros. Informou que na semana anterior houve a realização de um webinar com este viés, bem como consta na programação deste ano e do ano vindouro, com adequação para o que surgir das comissões. Em relação a buscar convênios fora, conforme sugerido por Ângela, o Des. Ricardo ressaltou que a ESMA tem esta convivência perene, além de existir na Paraíba pessoas capacitadas para disseminarem conhecimentos sobre a temática. Também informou sobre a relação com Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM e com a ENAM, vinculada à Associação dos Magistrados Brasileiros, com contato permanente, além de universidades e escolas da magistratura de outros estados, dando a certeza de que a ESMA fará o que estiver em seu poder, e o que não estiver buscará num clima de gestão participativa e democrática. Reiterou a sugestão do Des. João Benedito sobre a participação da imprensa. Falou das metas dentro do parâmetro geográfico da racionalização a serem atingidas e pediu que fosse elaborado um projeto, o mais rápido possível, para que a ESMA possa ser útil para estas comissões. Disse que a ESMA está à disposição das comissões, e que isto será um ganho para todos(as). Retornando a palavra ao Des. Aurélio, ele ressaltou que há uma grande preocupação sobre a temática pelo Presidente do TJPB, Des. Saulo Benevides, que criou o Ato que constituiu as comissões e passou a palavra ao Des. João Benedito, que entendeu estar bem encaminhado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

o trabalho com a divisão feita, bem como informou que esta reunião é de estruturação dos trabalhos e questões de exegese, conforme dito pelo Des. Ricardo, não será neste momento. Ressaltou que a hora da proposição será no âmbito do subgrupo e, posteriormente, na reunião mensal com todos(as) os(as) membros será homologado ou não o que for apresentado pelos subgrupos. A palavra voltou para o Des. Aurélio, informando que Dra. Silvana já havia explicado a forma que as comissões trabalharão, tudo conforme foi apresentado por Roberta na divisão dos subgrupos, lembrando que isto é necessário para que se possa caminhar para concluir os trabalhos no decorrer de aproximadamente 01 (um) ano. A palavra foi pedida por Ângela que falou sobre sua angústia e pressa quanto às providências, bem como desculpou-se por isto. Após, a palavra foi passada para Dra. Ana Christina, reafirmando a fala do Des. Ricardo, pois ele trabalha na perspectiva pragmática e dinâmica, com um viés de praticidade. Falou que se deve fixar pontos e metas de trabalho das comissões para, em momento posterior, atender as demandas individuais. Completou dizendo que as questões levantadas por Ângela, já tinham sido tratadas num momento de encontro informal, ocorrido antes da reunião ordinária. Reforçou o papel da ESMA e que o trabalho destas comissões poderá ser acostado ao viés preventivo e de conscientização que a escola desenvolve, sendo um passo muito importante que o TJPB está dando, face ao que vem sendo discutido em nível nacional. Passada a palavra para Dra. Daniere, foi reforçada a necessidade da praticidade e de pontuar os pontos específicos para desenvolver as atividades, atentando para o fato da pauta já ter sido previamente divulgada por Roberta no grupo de whatsapp que foi criado. Informou que na próxima reunião trará um modelo de formulário que vai definir com o Des. João Benedito, para votação. Dra. Silvana pediu a palavra e informou que vai fazer pesquisa nos outros tribunais para saber como se procede, a fim de elaborar o Manual de Procedimento destas comissões e apresentar para votação. O Des. João Benedito questionou sobre o ponto da pauta que trata sobre a nomeação do secretariado, ficando combinado que Roberta secretariasse os trabalhos das comissões neste momento de estruturação dos trabalhos. A palavra foi pedida por Ivonaldo que parabenizou a iniciativa do Presidente do TJPB, dizendo, enquanto representante da entidade classista, assim como Altamir, que tem disponibilidade, disposição, vontade política e institucional para contribuir no combate ao assédio moral, com destaque ao assédio organizacional.

Encaminhamentos:

- 1) Reunião dia 04 de outubro de 2021, às 10 horas
- 2) Agendar próximas reuniões de forma alternada para as segundas-feiras e sextas-feiras.
- 3) Subgrupo da estrutura procedimental – apresentará esboço do Manual Procedimental
- 4) Subgrupo da estrutura da triagem - apresentará Formulários para recebimento das notícias
- 5) Subgrupo da estrutura pedagógica – apresentará projeto para estabelecer parceria com a ESMA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARÁIBA

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

Por fim, não tendo mais nada a tratar, o Des. José Aurélio agradeceu o empenho e a colaboração efetiva de todos(as), e declarou encerrada a reunião.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Presidente do Comitê, com apoio da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

DESEMBARGADOR JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE 2º GRAU

JUÍZA SILVANA CARVALHO SOARES
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE 1º GRAU